

## Energisa Sergipe | Resultados do 1º semestre de 2014

Aracaju, 14 de agosto de 2014 - A Administração da Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (“Companhia”) apresenta os resultados do segundo trimestre (2T14) e do primeiro semestre de 2014 (6M14). As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado o contrário, são preparadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards - IFRS).

### 1 - Perfil do negócio e destaques econômico-financeiros

A Energisa Sergipe é uma distribuidora de energia elétrica que atende a aproximadamente 695 mil clientes e uma população de 1,8 milhão de habitantes em 63 municípios do Estado de Sergipe, em uma área de 17.465 Km<sup>2</sup>.

Resume-se a seguir o desempenho econômico-financeiro da Companhia no primeiro semestre:

Descrição	6M14	6M13	Variação %
<b>Resultados - R\$ milhões</b>			
Receita Operacional Bruta	551,9	503,3	+ 9,7
Receita Operacional Líquida	397,7	364,9	+ 9,0
Receita Operacional Líquida, sem receita de construção	355,8	335,0	+ 6,2
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras (EBIT)	38,6	68,1	- 43,3
EBITDA	62,4	90,7	- 31,2
EBITDA Ajustado	67,9	96,6	- 29,7
Resultado Financeiro	5,0	(48,5)	-
Lucro Líquido	37,5	17,3	+ 116,8
<b>Indicadores Financeiros - R\$ milhões</b>			
Ativo Total	1.132,5	1.408,4	- 19,6
Caixa / Equivalentes de Caixa / Aplicações Financeiras	60,3	386,6	- 84,4
Patrimônio Líquido	368,6	354,2	+ 4,1
Endividamento Líquido	542,8	505,2	+ 7,4
<b>Indicadores Operacionais</b>			
Número de Consumidores Cativos (mil)	695,5	667,1	+ 4,3
Vendas de energia a consumidores cativos (GWh)	1.248,5	1.203,3	+ 3,8
Energia Elétrica Total Distribuída (GWh)	1.746,4	1.679,8	+ 4,0
Perdas de Energia (% últimos 12 meses)	8,98	9,34	- 0,36 p.p
<b>Indicadores Relativos</b>			
EBITDA Ajustado / Receita Líquida (%)	17,1	26,5	- 9,4 p.p
Endividamento Líquido / EBITDA Ajustado 12 meses (vezes)	3,7	3,0	+ 23,3

Obs.: EBITDA Ajustado: EBITDA mais acréscimos moratórios de contas de energia.

## 2 - Desempenho financeiro

### 2.1 - Receita operacional bruta e líquida

Em 6M14, a Energisa Sergipe apresentou receita operacional bruta, sem a receita de construção que é atribuída margem zero, de R\$ 510,0 milhões, ante R\$ 473,4 milhões registrados em 6M13, incremento de 7,7% (R\$ 36,6 milhões). Já a receita operacional líquida, também deduzida da receita de construção, cresceu 6,2% (R\$ 20,8 milhões) no período, para R\$ 355,8 milhões.

No 2T14, a receita operacional líquida, deduzida da receita de construção, cresceu 6,8% (R\$ 11,6 milhões), para R\$ 183,3 milhões.

A composição da receita líquida é a seguinte:

Receita por Classe de Consumo Valores em R\$ milhões	Trimestre			Semestre		
	2T14	2T13	Var %	6M14	6M13	Var. %
(+) Receita de energia elétrica (mercado cativo)	235,3	214,8	+ 9,5	470,8	435,5	+ 8,1
✓ Residencial	112,1	100,4	+ 11,7	224,1	205,0	+ 9,3
✓ Industrial	24,5	21,7	+ 12,9	47,9	43,4	+ 10,4
✓ Comercial	60,7	55,7	+ 9,0	121,1	112,5	+ 7,6
✓ Rural	7,2	7,7	- 6,5	16,4	16,1	+ 1,9
✓ Outras classes	30,8	29,3	+ 5,1	61,3	58,5	+ 4,8
(+) Suprimento de energia elétrica	10,9	11,2	- 2,7	18,4	14,3	+ 28,7
(+) Fornecimento não faturado líquido	0,2	0,1	+ 100,0	(7,6)	(8,2)	- 7,3
(+) Disponibilidade do sistema elétrico	9,0	10,1	- 10,9	18,3	22,7	- 19,4
(+) Receitas de construção	25,4	20,2	+ 25,7	41,9	29,9	+ 40,1
(+) Outras receitas	5,7	4,4	+ 29,5	10,1	9,1	+ 11,0
<b>(=) Subtotal 1 - Receita bruta</b>	<b>286,5</b>	<b>260,8</b>	<b>+ 9,9</b>	<b>551,9</b>	<b>503,3</b>	<b>+ 9,7</b>
(-) Impostos sobre vendas	(73,8)	(66,4)	+ 11,1	(146,5)	(134,4)	+ 9,0
(-) Encargos setoriais	(4,0)	(2,5)	+ 60,0	(7,7)	(4,0)	+ 92,5
<b>(=) Subtotal 2 - Receita líquida</b>	<b>208,7</b>	<b>191,9</b>	<b>+ 8,8</b>	<b>397,7</b>	<b>364,9</b>	<b>+ 9,0</b>
(-) Receitas de construção	25,4	20,2	+ 25,7	41,9	29,9	+ 40,1
<b>(=) Total - Receita líquida, sem receitas de construção</b>	<b>183,3</b>	<b>171,7</b>	<b>+ 6,8</b>	<b>355,8</b>	<b>335,0</b>	<b>+ 6,2</b>

### 2.2 - Revisão tarifária

Em 22 de abril de 2014, a Energisa Sergipe obteve aumento nas tarifas de energia elétrica, cujo efeito representou aumento médio percebido pelos consumidores de 11,85% sobre as tarifas praticadas, sendo que, para os consumidores de baixa tensão, houve aumento de 12,17%, e para os de alta e média tensão, acréscimo de 11,31%.

Em função do Decreto nº 7.945/2013, a Aneel publica, mensalmente, os valores dos recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) a serem repassados pela Eletrobras à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica para cobertura dos custos com aquisição de Energia Comprada e Encargos de Serviços do Sistema - ESS por motivo de segurança energética e com o risco hidrológico e exposição involuntária no mercado de curto prazo. Nos primeiros seis meses de 2014, foi reconhecido o montante de R\$ 78,8 milhões para a Energisa Sergipe. O valor foi registrado pela Companhia como redução dos custos de energia comprada e de encargos de serviços do sistema.

A Aneel também homologou em cumprimento ao disposto no Decreto nº 7.891/2013, recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) a serem repassados pelas Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobras referente aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica no montante de R\$ 13,0 milhões para a Energisa Sergipe. O valor foi registrado pela Companhia como receita de venda de energia.

### 2.3 - Lucro líquido e geração de caixa

No primeiro semestre de 2014, a Energisa Sergipe alcançou lucro líquido de R\$ 37,5 milhões, ante os R\$ 17,3 milhões registrados em igual período do ano passado, um crescimento de 116,8%. Já a geração operacional de caixa (EBITDA ajustado) atingiu R\$ 67,9 milhões em 6M14, contra os R\$ 96,6 milhões apurados em 6M13, uma redução de 29,7%. No 2T14, o lucro líquido totalizou R\$ 18,0 milhões, aumento de 185,7% em relação ao 2T13.

Esse desempenho deve-se, principalmente, ao crescimento das receitas de venda de energia elétrica, aliado à redução das despesas financeiras líquidas, decorrentes da marcação a mercado dos derivativos de proteção cambial.

Apresenta-se a seguir a evolução da geração de caixa da Companhia:

Composição da geração de caixa (EBITDA) Valores em R\$ milhões	Trimestre			Semestre		
	2T14	2T13	Var %	6M14	6M13	Var. %
(=) Lucro Líquido	18,0	6,3	+ 185,7	37,5	17,3	+ 116,8
(-) Contribuição social e imposto de renda	(0,6)	3,4	-	(6,0)	(2,3)	+ 160,9
(-) Resultado financeiro	(0,7)	(34,1)	- 98,2	5,0	(48,5)	-
(-) Depreciação e amortização	(12,0)	(11,2)	+ 7,1	(23,9)	(22,6)	+ 5,8
(=) Geração de caixa (EBITDA)	31,3	48,2	- 35,1	62,4	90,7	- 31,2
(+) Receita de acréscimos moratórios	2,9	2,9	-	5,5	5,9	- 6,8
(=) Geração ajustada de caixa (EBITDA Ajustado)	34,2	51,1	- 33,1	67,9	96,6	- 29,7
Margem do EBITDA Ajustado (%)	16,4	26,6	- 10,2 p.p	17,1	26,5	- 9,4 p.p

### 2.4 - Despesas operacionais

Em 6M14, as despesas operacionais, excluindo os custos de construção, totalizaram R\$ 317,2 milhões, aumento de 18,9% (R\$ 50,3 milhões) em relação aos 6M13. Desse total, o crescimento das despesas controláveis foi R\$ 4,4 milhões. Já as despesas não controláveis de compra de energia elétrica e transporte apresentaram evolução de R\$ 42,0 milhões no semestre, um incremento de 23,1%.

A composição das despesas operacionais pode ser assim demonstrada:

Composição das despesas operacionais (R\$ milhões)	Trimestre			Semestre		
	2T14	2T13	Var. em R\$ milhões	6M14	6M13	Var. em R\$ milhões
1 - Despesas controláveis	34,4	29,5	+ 4,9	65,0	60,6	+ 4,4
1.1 Pessoal (inclui fundo de pensão)	19,4	17,0	+ 2,4	37,0	36,2	+ 0,8
1.2 Material	1,4	1,9	- 0,5	3,1	3,7	- 0,6
1.3 Serviços de terceiros	13,6	10,6	+ 3,0	24,9	20,7	+ 4,2
2 - Despesas não controláveis (compra de energia e transporte)	111,7	94,2	+ 17,5	223,5	181,5	+ 42,0
3 - Depreciação e amortização	12,0	11,2	+ 0,8	23,9	22,6	+ 1,3
4 - Provisões contingências e devedores duvidosos	0,0	0,4	- 0,4	(0,8)	0,2	- 1,0
5 - Outras despesas/receitas	2,7	(0,7)	+ 3,4	5,6	2,0	+ 3,6
<b>Subtotal</b>	<b>160,8</b>	<b>134,6</b>	<b>+ 26,2</b>	<b>317,2</b>	<b>266,9</b>	<b>+ 50,3</b>
6 - Custo de construção (*)	25,4	20,2	+ 5,2	41,9	29,9	+ 12,0
<b>Total</b>	<b>186,2</b>	<b>154,8</b>	<b>+ 31,4</b>	<b>359,1</b>	<b>296,8</b>	<b>+ 62,3</b>

(\*) Os custos de construção estão representados pelo mesmo montante em receita de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem aos custos de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo o custo de construção igual à receita de construção.

## 2.3 - Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido (receitas financeiras menos despesas financeiras) em 6M14 representou uma receita financeira líquida de R\$ 5,0 milhões (despesa de R\$ 0,6 milhão no 2T14), ante uma despesa financeira líquida de R\$ 48,5 milhões em 6M13 (R\$ 34,1 milhões no 2T13). Essa redução do resultado financeiro se deve, basicamente, à marcação a mercado dos derivativos de proteção cambial, decorrente da desvalorização do real em 6,0% perante o dólar no semestre encerrado.

O quadro a seguir apresenta as dívidas de curto e longo prazo, líquidas de disponibilidades financeiras (caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras) da Energisa Sergipe em 30 de junho de 2014 e em 31 de dezembro de 2013:

Descrição Valor em R\$ milhões	30/6/2014	31/12/2013
<b>Curto Prazo</b>	<b>98,9</b>	<b>94,2</b>
Empréstimos e financiamentos	19,5	18,5
Debêntures	64,7	61,1
Encargos de dívidas	4,3	4,2
Parcelamento de impostos e déficit atuarial	10,4	10,4
<b>Longo Prazo</b>	<b>504,2</b>	<b>510,2</b>
Empréstimos e financiamentos	381,0	387,9
Debêntures	60,0	60,0
Parcelamento de impostos e déficit atuarial	63,2	62,3
<b>Total das dívidas</b>	<b>603,1</b>	<b>604,4</b>
(-) Disponibilidades financeiras	60,3	69,1
<b>Total das dívidas líquidas</b>	<b>542,8</b>	<b>535,3</b>

## 3 - Mercado de energia

### 3.1 - Energia total distribuída

No primeiro semestre de 2014 (6M14), as vendas de energia elétrica a consumidores finais (mercado cativo), localizados na área de concessão da Energisa Sergipe, somadas à energia associada aos consumidores livres (TUSD), totalizaram 1.655,9 GWh (801,4 GWh no 2T14), incremento de 3,9% (aumento de 2,5% no 2T14) em relação a igual período do ano anterior. O consumo foi impulsionado pela classe residencial, que cresceu 5,2% (4,6% no 2T14) no período. Já o consumo industrial, considerando os mercados cativo e livre, expandiu 4,5% no semestre.

A energia total distribuída em 6M14 foi de 1.746,4 GWh, ante os 1.679,8 GWh registrados em igual período do ano passado, conforme composição seguinte:

#### Energia Total Distribuída por Classe de Consumo (Em GWh)

Descrição	Trimestre			Semestre		
	2T14	2T13	Var %	6M14	6M13	Var. %
<b>1) Vendas de energia no mercado cativo</b>	<b>601,6</b>	<b>585,6</b>	<b>+ 2,7</b>	<b>1.248,4</b>	<b>1.203,3</b>	<b>+ 3,8</b>
✓ Residencial	247,5	236,7	+ 4,6	506,1	481,0	+ 5,2
✓ Industrial	75,0	72,3	+ 3,7	151,2	144,8	+ 4,4
✓ Comercial	131,5	127,1	+ 3,5	271,3	258,9	+ 4,8
✓ Rural	20,7	22,0	- 6,0	58,6	60,1	- 2,5
✓ Outras Classes	126,8	127,5	- 0,5	261,2	258,4	+ 1,1
<b>2) Energia associada aos consumidores livres (TUSD)</b>	<b>199,9</b>	<b>196,1</b>	<b>+ 1,9</b>	<b>407,5</b>	<b>390,1</b>	<b>+ 4,4</b>
<b>3) Mercado cativo + TUSD (1+2)</b>	<b>801,4</b>	<b>781,7</b>	<b>+ 2,5</b>	<b>1.655,9</b>	<b>1.593,4</b>	<b>+ 3,9</b>
<b>4) Suprimento de energia e não faturado</b>	<b>62,2</b>	<b>47,2</b>	<b>+ 31,8</b>	<b>90,5</b>	<b>86,4</b>	<b>+ 4,8</b>
<b>5) Energia Total Distribuída (3+4)</b>	<b>863,6</b>	<b>828,9</b>	<b>+ 4,2</b>	<b>1.746,4</b>	<b>1.679,8</b>	<b>+ 4,0</b>

A Energisa Sergipe encerrou o primeiro semestre de 2014 com 695.530 unidades consumidoras cativas, quantidade 4,3% superior à registrada no fim de junho de 2013. Já o número de consumidores livres totalizaram 17 em junho de 2014.

### 3.2 - Perdas de energia

O combate ao furto e à fraude no consumo de energia elétrica continua sendo foco das ações gerenciais da Energia Sergipe visando a contínua redução das perdas de energia elétrica da Companhia.

As perdas de energia elétrica da Energisa Sergipe situaram em 8,98% nos últimos doze meses encerrados em junho de 2014, queda de 0,36 ponto percentual em relação a igual período terminado em junho do ano passado.

## 4 - Investimentos

---

No primeiro semestre de 2014, os investimentos da Energisa Sergipe totalizaram R\$ 44,0 milhões, ante os R\$ 41,5 milhões registrados em 6M13.

## 5 - Serviços prestados pelo auditor independente

---

A remuneração total da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes pelos serviços prestados para a Energisa Sergipe no primeiro semestre de 2014 foi de R\$ 132 mil, sendo i) R\$ 124 mil pela revisão contábil das demonstrações financeiras e ii) R\$ 8 mil para a revisão dos processos e procedimentos relativos a obtenção de incentivos fiscais de redução do IRPJ - Sudene.

A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que determinam, principalmente, que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais para seu cliente ou promover os seus interesses.

A Administração.

## Demonstrações Financeiras

### 1. Balanço Patrimonial Ativo

ENERGISA SERGIPE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A  
BALANÇO PATRIMONIAL  
EM 30 DE JUNHO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Em milhares de reais)

	30/06/2014	31/12/2013
<b>Ativo</b>		
<b>Circulante</b>		
Caixa e equivalente de caixa	40.958	30.452
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	11.049	31.649
Consumidores e concessionárias	94.965	91.266
Títulos de créditos a receber	10.272	7.635
Estoques	1.629	1.854
Impostos a recuperar	30.222	28.941
Despesas pagas antecipadamente	2.319	5.983
Baixa renda e outros créditos	43.584	29.128
<b>Total do circulante</b>	<b>234.998</b>	<b>226.908</b>
<b>Não circulante</b>		
<b>Realizável a longo prazo</b>		
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	8.335	7.926
Consumidores e concessionárias	7.544	7.544
Títulos de créditos a receber	2.217	2.572
Impostos a recuperar	16.621	16.473
Créditos tributários	55.826	51.748
Depósitos e cauções vinculados	32.914	28.769
Instrumentos financeiros derivativos	17.283	17.791
Contas a receber da concessão	195.803	182.867
Outros créditos	751	777
	<b>337.294</b>	<b>316.467</b>
<b>Investimento</b>	<b>366</b>	<b>366</b>
Intangível	554.228	550.050
Imobilizado	5.615	6.178
<b>Total do não circulante</b>	<b>897.503</b>	<b>873.061</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>1.132.501</b>	<b>1.099.969</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 2. Balanço Patrimonial Passivo

ENERGISA SERGIPE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A  
BALANÇO PATRIMONIAL  
EM 30 DE JUNHO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Em milhares de reais)

	30/06/2014	31/12/2013
<b>Passivo</b>		
<b>Circulante</b>		
Fornecedores	67.111	54.538
Encargos de dívidas	4.294	4.183
Empréstimos e financiamentos	19.475	18.484
Debêntures	64.725	61.113
Tributos e contribuições sociais	31.192	26.539
Parcelamento de impostos	1.942	1.875
Dividendos	-	8.000
Obrigações estimadas	5.440	4.762
Encargos do consumidor a recolher	136	136
Obrigações intrasetoriais	7.660	12.104
Benefícios a empregados - plano de pensão	8.485	8.485
Outras contas a pagar	13.648	8.668
<b>Total do circulante</b>	<b>224.108</b>	<b>208.887</b>
<b>Não circulante</b>		
Fornecedores	2.377	2.377
Empréstimos e financiamentos	381.037	387.858
Debêntures	60.000	60.000
Tributos e contribuições sociais	13.260	11.454
Parcelamento de impostos	3.398	4.218
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	18.846	18.846
Benefícios a empregados - plano de pensão	59.838	58.072
Outros	1.016	724
<b>Total do não circulante</b>	<b>539.772</b>	<b>543.549</b>
<b>Patrimônio líquido</b>		
Capital social	357.135	345.762
Reservas de capital	3.330	3.330
Reservas de lucros	11.461	22.834
Lucros acumulados	21.088	-
Dividendos adicionais propostos	11.054	11.054
Outros resultados abrangentes	(35.447)	(35.447)
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>368.621</b>	<b>347.533</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>1.132.501</b>	<b>1.099.969</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 3. Demonstrações de Resultados

ENERGISA SERGIPE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A  
 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO  
 SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014 E 2013  
 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	30/06/2014	30/06/2013
<b>Receita operacional bruta</b>		
Fornecimento de energia elétrica	469.363	427.237
Suprimento de energia elétrica	18.361	14.274
Disponibilidade do sistema elétrico	18.298	22.668
Receita de construção	41.898	29.891
Outras receitas	3.978	9.216
	<b>551.898</b>	<b>503.286</b>
<b>Deduções à receita operacional</b>		
ICMS faturado	98.968	90.650
PIS, Cofins e ISS	47.570	43.753
Quotas para a reserva global de reversão	-	(2.466)
Outras (PEE, CDE, CCC e P&D)	7.663	6.453
	<b>154.201</b>	<b>138.390</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>397.697</b>	<b>364.896</b>
<b>Despesas (receitas) operacionais</b>		
Pessoal (inclui fundo de pensão)	36.987	36.165
Material	3.059	3.652
Serviços de terceiros	24.863	20.731
Energia elétrica comprada para revenda	213.011	183.926
Transporte de potência elétrica	10.469	(2.386)
Depreciação e amortização (inclui ágio)	23.935	22.626
Provisão (reversão) para contingências /devedores duvidosos	(779)	154
Custo de construção	41.898	29.891
Outras despesas/receitas	5.629	2.014
	<b>359.072</b>	<b>296.773</b>
<b>Resultado antes das receitas e despesas financeiras</b>	<b>38.625</b>	<b>68.123</b>
<b>Receita (Despesa) financeira</b>		
Receitas de aplicações financeiras	3.069	5.821
Variação monetária e acréscimo moratório de energia vendida	5.530	5.852
Atualização contas a receber da concessão (VNR)	3.647	2.360
Outras receitas financeiras	5.085	1.505
Encargos de dívidas - juros	(15.429)	(25.420)
Encargos de dívidas - variação monetária e cambial	17.910	(55.029)
(-) Transferência para ordens em curso	1.196	725
Marcação a mercado de derivativos	18.208	(27.088)
Instrumentos financeiros derivativos	(26.999)	50.083
Ajuste valor presente de ativos	126	158
Outras despesas financeiras	(7.392)	(7.468)
	<b>4.951</b>	<b>(48.501)</b>
<b>Resultado antes dos impostos</b>	<b>43.576</b>	<b>19.622</b>
Contribuição social e imposto de renda	(6.040)	(2.314)
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>37.536</b>	<b>17.308</b>
<b>Lucro líquido por ação do capital social - R\$</b>	<b>191,99</b>	<b>88,53</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



**Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A**  
**Notas explicativas às informações trimestrais**  
**Período findo em 30 de junho de 2014**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

## 1. Contexto Operacional

A Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (“Companhia ou Energisa SE”) - empresa integrante do GRUPO ENERGISA - é uma concessionária distribuidora de energia elétrica, que atua em 63 municípios no Estado de Sergipe, atendendo a 695.540 consumidores (informação não auditada pelos auditores independentes). A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto e possui sede na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe.

As obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão do serviço público de energia elétrica são:

I - fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;

II - realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III - organizar e manter registro e inventário dos bens vinculados à concessão e zelar por sua integridade, sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do agente regulador;

IV - atender a todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;

V - implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações;

VI - submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações em posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão;

VII - a concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente;

As informações referentes à revisão e aos reajustes tarifários, contas a receber da concessão, ativos vinculados a concessão, receita de construção e prazo de concessão estão apresentadas nas notas explicativas nº 9, 14, 15, 23 e 29, respectivamente.

## 2. Apresentação das informações financeiras intermediárias (informações trimestrais)

As informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) da Companhia, aprovadas em 12 de agosto de 2014 pelo Conselho de Administração, compreendem:

- As informações financeiras intermediárias elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e IAS 34 - Interim Financial Reporting e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações financeiras intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa 2 às Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (doravante denominadas de “Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2013”), publicadas na imprensa oficial em 20 de março de 2014.

Dessa forma, estas informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras.

### 3. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

#### Novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB

As informações referentes aos novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB não trouxeram alterações significativas em relação àquelas divulgadas na nota explicativa 3.1 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2013.

### 4. Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações contábeis individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. O item não alocado compreende principalmente ativos corporativos.

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica em 63 municípios no Estado de Sergipe e sua demonstração de resultado reflete essa atividade.

### 5. Caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

#### a) Caixa e equivalente de caixa

a.1 Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado					
Instituição financeira	Tipo	Vencimento (1)	Remuneração	30/06/2014	31/12/2013
CEF	CDB	16/06/2017	100,5% do CDI	17.630	17.867
Santander	Debêntures (2)	20/06/2016	103,2% do CDI	6.003	1.441
				<u>23.633</u>	<u>19.308</u>
Caixas e bancos				17.325	11.144
				<u>17.325</u>	<u>11.144</u>
Total caixa e equivalente de caixa				<u>40.958</u>	<u>30.452</u>

## b) Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

b.1 Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado					
Instituição financeira	Tipo	Vencimento	Remuneração	30/06/2014	31/12/2013
ABC Brasil	CDB	13/01/2015	105,0% do CDI	2	2
Banrisul	Fundo de Investimento	-	CDI	-	2.858
BES	CDB	01/09/2014	104,5% do CDI	82	78
BMG	CDB	19/01/2015	113,0% do CDI	1	1
Bradesco	CDB	23/10/2014	95,0% do CDI	178	-
BTG Pactual	CDB	12/12/2014	97,5% do CDI	19	18
Caixa FI Energisa (4)	Fundo de Investimento	27/07/2015 a 01/03/2020	CDI/SELIC/IPCA+5,7%	1.235	6.661
CEF	Poupança	-	Poupança	44	44
FIM Zona da Mata (4)	CDB	01/12/2015	100,7% a 115,0% do CDI	-	1.200
FIM Zona da Mata (4)	Debêntures (2)	07/04/2016	100,0% do CDI + 3,9%	-	561
FIM Zona da Mata (4)	Compromissada	24/12/2014 a 17/06/2016	102,0% a 103,2%,0 do CDI	-	1.384
FIM Zona da Mata (4)	Depósito a prazo - DPGE	10/07/2015 a 21/12/2015	107,5% a 113% do CDI	-	815
FIM Zona da Mata (4)	Letra Financeira	27/06/2016 a 24/05/2021	105,5% a 115,9% do CDI	-	42
FIM Zona da Mata (4)	Fundos de Renda Fixa	-	CDI	-	31
FIM Zona da Mata (4)	Letra Financeira Tesouro	07/09/2015 a 01/03/2020	SELIC	-	81
FIM Zona da Mata (4)	Nota Tesouro Nacional	15/08/2016 a 15/08/2022	IPCA e IGPM	-	295
FIM Zona da Mata (4)	Fundos Multimercados	-	CDI	-	768
Itaú	CDB	18/11/2014 a 27/11/2015	90,0% a 100,0% do CDI	1.038	286
Itaú	Debêntures (2)	02/10/2015 a 23/05/2016	99,0% a 101,2% do CDI	263	824
Itaú	Fundo de Investimento	-	CDI	599	957
Nordeste	CDB	28/07/2017 a 09/09/2019	90,0% a 99,0% do CDI	7.344	7.784
Pine	CDB	11/06/2015	100,0% do CDI	43	42
Safra	Debêntures (2)	28/01/2014	101% do CDI	-	12
Safra	Fundo de Investimento	-	CDI	7.546	13.922
				<b>18.394</b>	<b>38.666</b>

## b.2 Aplicações financeiras mantidas até o vencimento

Itaú	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	29/12/2020	100,0% do CDI	990	909
				<b>990</b>	<b>909</b>
<b>Total aplicações no mercado aberto e recursos vinculados (3)</b>				<b>19.384</b>	<b>39.575</b>
<b>Circulante</b>				<b>11.049</b>	<b>31.649</b>
<b>Não circulante</b>				<b>8.335</b>	<b>7.926</b>

(1) As datas apresentadas representam o vencimento do título que lastreia a aplicação financeira. Por cláusula contratual, essas aplicações financeiras são resgatáveis em até 90 dias da data de sua contratação pelas taxas contratadas.

(2) Operações compromissadas em debêntures - São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. Essas operações possuem liquidez imediata, são remuneradas pelo CDI e estão lastreadas em debêntures emitidas pelo Banco.

- (3) Inclui R\$10.604 (R\$10.957 em 31 de dezembro de 2013) referente a recursos vinculados a empréstimos, leilões de energia e bloqueios judiciais.  
 (4) Fundos de investimentos exclusivos, inclui aplicações em CDB, Debêntures, DPGE, Fundos de Renda Fixa, LFT, LF, LTN, NTN-B e Fundos Multimercados.

## 6. Consumidores e concessionárias

Classes de Consumidores	Saldos Vincendos (1)	Vencidos					Total	
		até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	há mais de 360 dias	30/06/2014	31/12/2013
Residencial	14.245	11.411	4.294	1.245	62	9	31.266	21.461
Industrial	10.206	447	58	20	131	196	11.058	10.172
Comércio, serviços e outras atividades	17.156	2.426	712	194	63	1.270	21.821	18.863
Rural	851	290	188	52	-	-	1.381	1.706
Poder público:								
Federal	1.256	309	1	-	-	-	1.566	1.335
Estadual	568	139	-	-	-	-	707	603
Municipal	2.229	548	2	1	-	-	2.780	2.368
Iluminação pública	3.040	21	3	-	-	-	3.064	4.806
Serviço público	3.450	5	-	-	-	-	3.455	3.175
<b>Subtotal - consumidores</b>	<b>53.001</b>	<b>15.596</b>	<b>5.258</b>	<b>1.512</b>	<b>256</b>	<b>1.475</b>	<b>77.098</b>	<b>64.489</b>
Concessionárias (2)	3.805	-	-	-	-	10.595	14.400	10.595
Fornecimento não faturado	15.873	-	-	-	-	-	15.873	23.469
Outras	900	-	-	-	-	-	900	5.784
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	(1.245)	(125)	(4.392)	(5.762)	(5.527)
<b>Total</b>	<b>73.579</b>	<b>15.596</b>	<b>5.258</b>	<b>267</b>	<b>131</b>	<b>7.678</b>	<b>102.509</b>	<b>98.810</b>
Circulante							94.965	91.266
Não circulante							7.544	7.544

- (1) Os vencimentos são programados para o 5º dia útil após a entrega das faturas, exceto os clientes do Poder Público que possuem 10 dias úteis para efetuar os pagamentos.  
 (2) Inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

O saldo da conta de consumidores e concessionárias em 30 de junho 2014 e 2013, inclui o registro dos valores referentes à comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE no montante de R\$14.400 (R\$7.544 em 31 de dezembro de 2013), deduzido das liquidações parciais ocorridas até 30 de junho de 2014. Esses saldos foram apurados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE.

A composição desses valores, incluindo o saldo registrado na rubrica "fornecedores" no passivo circulante é de R\$8.365 (R\$1.134 em 31 de dezembro de 2013) referente a aquisição de energia na CCEE e R\$ 2.629 em 31 de dezembro de 2013 de encargos do serviços do sistema, conforme demonstrados a seguir:

Composição dos créditos da CCEE	30/06/2014	31/12/2013
Créditos vinculados a liminares até dezembro de 2002	6.387	6.387
Créditos vencidos (*)	1.157	1.157
Créditos a vencer	6,856	-
	<b>14.400</b>	<b>7.544</b>
(-) Aquisição de energia na CCEE	(8.365)	(1.134)
(-) Encargos de serviços no sistema	-	(2.629)
	<b>6.035</b>	<b>3.781</b>

(\*) A Companhia possui provisão para crédito de liquidação duvidosa de R\$1.350.

As transações ocorridas na CCEE são liquidadas após 45 dias do mês de competência.

Os valores da energia de curto prazo que se encontram vinculados a liminares, podem estar sujeitos a modificação dependendo de decisão dos processos judiciais em andamento, movido por determinadas empresas do setor, relativos a interpretação das regras do mercado em vigor. Essas empresas, não incluídas na área do racionamento, obtiveram liminar que torna sem efeito o Despacho nº 288 da ANEEL, de 16 de maio de 2002, que objetivou o esclarecimento às empresas do setor sobre o tratamento e a forma de aplicação de determinadas regras de contabilização do MAE (atualmente CCEE), incluídas no Acordo Geral do Setor Elétrico. O pleito dessas empresas envolve a comercialização da cota-parte de Itaipu no submercado Sudeste/Centro-Oeste durante o período de racionamento de 2001 a 2002, quando havia discrepância significativa de preços na energia de curto prazo entre os submercados.

A Companhia não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre os saldos vinculados às referidas liminares, por entender que os valores serão integralmente recebidos seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente ou de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.

## 7. Títulos de créditos a receber

Correspondem às contas de energia elétrica em atraso, renegociadas com os consumidores através de Termos de Confissão de Dívida, que na sua grande maioria são atualizados com base na variação do IGPM. Determinadas operações que foram renegociadas com taxas diferentes a praticada para esse conjunto de contas a receber, tiveram seus valores a receber ajustados ao valor presente com base na variação da taxa do CDI.

Os saldos em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, estão demonstrados como segue:

	30/06/2014	31/12/2013
Títulos de créditos a receber	25.740	23.653
Ajuste a valor presente	(959)	(1.085)
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (*)	(12.292)	(12.361)
	<b>12.489</b>	<b>10.207</b>
Circulante	10.272	7.635
Não circulante	2.217	2.572

(\*) Incluído no total apresentado como redutora no ativo circulante.

Em 30 de junho de 2014, os títulos de créditos têm seus vencimentos assim programados:

	30/06/2014
Vencidos	12.292
2014	10.272
2015	1.224
2016	503
2017	332
2018	86
2019	72
<b>Total</b>	<b>24.781</b>

## 8. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Movimentação das provisões	30/06/2014	31/12/2013
Saldo inicial - 31/12/2013 e 31/12/2012	17.888	16.612
Provisões constituídas no período	505	2.698
Reversão de provisões no período	(339)	(1.422)
<b>Saldo final- circulante - 30/06/2014 e 31/12/2013</b>	<b>18.054</b>	<b>17.888</b>
Consumidores e concessionárias	5.762	5.527
Títulos de créditos a receber	12.292	12.361

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e se baseiam nas instruções da ANEEL, a seguir resumidos:

Clientes com débitos relevantes:

- Análise individual do saldo a receber dos consumidores, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.

Para os demais casos:

- Consumidores residenciais - Vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais - Vencidos há mais de 180 dias;
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros - Vencidos há mais 360 dias.
- Títulos de créditos a receber com parcelas vencidas há mais de 90 dias, são constituídas provisão dos valores vencidos e vincendos.

## 9. Revisão e reajuste tarifário

Reajuste tarifário:

Pela execução dos serviços públicos de energia elétrica, a concessionária tem o direito de cobrar dos consumidores às tarifas determinadas e homologadas pelo Poder Concedente. Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

As tarifas da Companhia foram reajustadas pela Aneel através da Resolução Homologatória nº 1.712 de 15 de abril de 2014, que aprovou o reajuste médio de 11,85%, a ser aplicado à partir de 22 de abril de 2014.

Revisão tarifária:

A revisão tarifária periódica ocorre a cada 5 anos.

Neste processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A Concessionária também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

O resultado da terceira revisão tarifária da Companhia foi aprovado pela Aneel através da Resolução Homologatória nº 1.513 de 16 de abril de 2013 com reajuste de 4,08% aplicados desde 22 de abril de 2013.

## 10. Impostos a recuperar

	30/06/2014	31/12/2013
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	12.490	13.232
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	253	2.556
Imposto de Renda - IRPJ	12.071	10.191
Contribuição Social Sobre o Lucro - CSSL	587	849
PIS e COFINS	21.269	18.399
Outros	173	187
	<b>46.843</b>	<b>45.414</b>
Circulante	30.222	28.941
Não circulante	16.621	16.473

## 11. Baixa renda e outros créditos

	30/06/2014	31/12/2013
Baixa renda (1)	7.412	6.399
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	9.648	7.214
Ordens de serviço em curso - outros	2.089	1.745
Adiantamentos	1.951	2.219
Subvenção CDE - desconto tarifário (2)	17.768	4.782
Creditos com terceiros - Alienação de bens e direitos	2.201	4.963
Creditos a receber - Restituição encargos setoriais	-	486
Outros	3.266	2.187
Total	<b>44.335</b>	<b>29.995</b>
Circulante	43.584	29.218
Não circulante	751	777

Segue a movimentação do baixa renda e da subvenção CDE - desconto tarifário:

Baixa renda:

	30/06/2014	31/12/2013
Saldo - inicial circulante - 31/12/2013 e 31/12/2012	6.399	8.429
Subvenção Baixa Renda	21.051	38.739
Ressarcimento pela Eletrobrás	(20.038)	(38.865)
Contas a receber Eletrobrás	-	(1.904)
Saldo - final - circulante - 30/06/2014 e 31/12/2013	<b>7.412</b>	<b>6.399</b>

Esses créditos referem-se a subvenção da classe residencial baixa renda, das unidades consumidoras com consumo mensal inferior a 220 KWh, desde que cumpridos certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético ambos sob a administração da Eletrobrás. Os saldos ainda não ressarcidos

estão registrados no balanço patrimonial na rubrica “baixa renda e outros créditos” no ativo circulante. A Administração não espera apurar perdas na realização do saldo.

Subvenção CDE - desconto tarifário:

	30/06/2014	31/12/2013
Desconto tarifário subvenção Irrigante e Rural	46.036	30.449
Ressarcimento pela Eletrobrás	(28.268)	(25.667)
<b>Total</b>	<b>17.768</b>	<b>4.782</b>

Refere-se a recursos transferidos às concessionárias autorizados pelo Governo Federal, através do Decreto nº 7.891 de 23 de janeiro de 2013, para fazer frente à Subvenção CDE para os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, nos termos do inciso VII do caput do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

Em 30 de junho de 2014, o saldo em aberto corresponde a subvenção incorrida nos meses de janeiro de 2014 a junho de 2014, cujo ressarcimento a administração da empresa espera receber da CDE no próximo trimestre.

## 12. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela ENERGISA S/A, (100% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário da Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (EPB), Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (ESE), Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (EBO), Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A (ENF), Energisa Soluções S/A (ESO), Energisa Comercializadora Ltda (ECOM), Energisa Serviços Aéreos S/A (ESER), Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda (EPLA), Energisa Geração Rio Grande S/A (EGR), Pequena Central Hidrelétrica Zé Tunin S/A, Energisa Geração Usina Mauricio, SPE Cristina Energia S/A, Energisa Geração Centrais Eólicas RN S/A (Holding que detém o controle acionário das empresas Energisa Geração Central Eólica Renascenças I, II, III, IV e Energisa Geração Central Eólica Ventos de São Miguel S/A), Energisa Bioeletricidade (Holding que possui 85% do capital votante das empresas Energisa Bioeletricidade Santa Cândida I, Energisa Bioeletricidade Vista Alegre I e 100% das empresas Energisa Bioeletricidade Santa Cândida II e Energisa Bioeletricidade Vista Alegre II) (empresas ligadas da Companhia).

Em abril de 2014 a controladora ENERGISA S/A, adquiriu a participação nas sociedades J.Q.M.J. Participações S.A., BBPM Participações S.A., Denerge Desenvolvimento Energético S.A. e Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. - em recuperação judicial, que conferirão à Energisa S.A. o controle indireto da Rede Energia S/A e, por consequência, das sociedades: Empresa Energética do Mato Grosso do Sul S/A (Enersul), Centrais Elétricas Matogrossenses S/A (CEMAT), Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins (CelTins), Caiuá Distribuição de Energia S/A (Caiuá), Companhia Força e Luz do Oeste (CFLO), Companhia Nacional de Energia Elétrica (CNAEE), Empresa de Distribuição de Energia Elétrica do Vale Paranapanema S/A (EDEV), Empresa Elétrica Bragantina S/A (EEB), Rede Eletricidade e Serviços S/A (REDESERV), Rede Power do Brasil S/A (REDE POWER), Companhia Técnica e Comercialização de Energia S/A (REDECOM), Tangará Energia S/A, Vale do Vacaria Açúcar e Alcool S/A, Companhia Geral e QMRA Participações S/A, (empresas que passaram a compor o Grupo Energisa).



Transações efetuadas durante o período pela Companhia:

	Serviços contratados (1)	Energia elétrica comprada para revenda (2)	Comissão aval (Despesa financeira)(3)	Saldo a pagar (fornecedores)
ENERGISA S/A	6.938	-	3.583	1.097
Energisa Geração Centrais Eólicas Renascença I, II, III, IV e Ventos de São Miguel	-	486	-	81
30/06/2014	6.938	486	3.583	1.178
30/06/2013	6.630	-	3.413	1.024

- (1) Os serviços contratados junto a Controladora referem-se a serviços administrativos, suportados por contratos que foram submetidos à aprovação da ANEEL. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins regulatórios.
- (2) Os valores de energia elétrica comprada estão suportados por contratos que foram submetidos à aprovação da ANEEL e foram efetuados em condições usuais de mercado.
- (3) Refere-se custo de comissão de aval, iniciado em fevereiro de 2013, de garantias da controladora sobre contratos da Companhia a razão de 1,5% a.a.

### Remuneração dos administradores

Em 30 de junho de 2014, a remuneração dos membros do Conselho de Administração foi de R\$296 (R\$274 em 30 de junho de 2013) e da Diretoria foi de R\$1.237 (R\$1.040 em 30 de junho de 2013). Além da remuneração, a Companhia é patrocinadora dos benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida para seus diretores, sendo a despesa no montante de R\$150 (R\$146 em 30 de junho de 2013). Os encargos sociais sobre as remunerações totalizaram R\$237 (R\$299 em 30 de junho de 2013).

Em 30 de junho de 2014, a maior e a menor remuneração atribuídas a dirigentes, relativas ao mês de junho, foram de R\$41 e R\$1 (R\$44 e R\$3 em 30 de junho de 2013), respectivamente. A remuneração média em 30 de junho de 2014 foi de R\$11 (R\$13 em 30 de junho de 2013).

Na AGO de 25 de abril de 2014, foi aprovado o limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2014 no montante de R\$5.134 (R\$4.465 em 2013).

### 13. Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

Os impostos diferidos são oriundos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, assim como diferenças temporárias, registrados segundo as normas dos CPC 32 e apresentado conforme normas do CPC 26.

Impostos diferidos reconhecidos no balanço:

	30/06/2014	31/12/2013
<b>Ativo</b>		
Diferenças temporárias :		
Imposto de renda	51.769	47.987
Contribuição social sobre o lucro líquido	18.636	17.274
<b>Total</b>	<b>70.405</b>	<b>65.261</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto de renda	10.720	9.936
Contribuição social	3.859	3.577
<b>Total</b>	<b>14.579</b>	<b>13.513</b>
<b>Total líquido - ativo não circulante</b>	<b>55.826</b>	<b>51.748</b>

As diferenças temporárias são como segue:

	30/06/2014		31/12/2013	
	base de cálculo	IRPJ + CSSL	base de cálculo	IRPJ + CSSL
<b>Ativo</b>				
Provisão ajuste atuarial	68.323	23.230	65.668	22.327
Provisões para riscos	18.846	6.408	18.846	6.408
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - PCLD	18.053	6.138	10.910	3.709
Outras provisões (PEE; P&D; honorários e outras)	8.875	3.017	9.942	3.380
Variações cambiais passivas	52.826	17.961	70.957	24.125
Ajustes a valor presente	959	326	1.085	369
Ativos regulatórios (CVA´s)	35.280	11.995	8.287	2.818
Outras adições (exclusões) temporárias	3.915	1.330	6.248	2.125
Marcação a mercado - derivativos	(17.282)	(5.876)	(17.791)	(6.049)
IRPJ e CSSL sobre a parcela do VNR do contas a receber da concessão e atualizações:	(25.599)	(8.704)	(21.953)	(7.464)
<b>Total - ativo não circulante</b>	<b>164.196</b>	<b>55.826</b>	<b>152.199</b>	<b>51.748</b>

A seguir está apresentada a estimativa consolidada para as realizações dos impostos diferidos. As projeções de resultados utilizadas no estudo de recuperabilidade desses ativos foram aprovadas pelos Conselhos de Administração.

Período	Realizações de Créditos fiscais
2014	1.799
2015	3.597
2016	3.597
2017	3.597
2018 a 2023	43.236
<b>Total</b>	<b>55.826</b>

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do período, bem como a compensação dos créditos tributários registrados, são demonstrados como segue:

	01/04/2014 a 30/06/2014	01/01/2014 a 30/06/2014	01/04/2013 a 30/06/2013	01/01/2013 a 30/06/2013
Lucro antes dos impostos	17.448	43.576	2.991	19.622
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Despesa de imposto de renda e da contribuição social calculadas às alíquotas fiscais combinadas	(5.932)	(14.816)	(1.016)	(6.671)
Ajustes:				
Itens permanentes:				
Redução do imposto de renda e adicionais (*)	7.526	9.614	5.080	5.080
Outros	(1.017)	(838)	(714)	(723)
<b>Receitas (Despesas) de imposto de renda e contribuição social</b>	<b>577</b>	<b>(6.040)</b>	<b>3.350</b>	<b>(2.314)</b>
Alíquota efetiva	3,30%	13,86%	112,00%	11,79%

(\*) Os valores de redução do imposto de renda e adicionais - Incentivo fiscal SUDENE- auferidos no período findo em 30 de junho de 2014, no montante de R\$7.526 foi registrado diretamente na demonstração de resultado do exercício na rubrica "imposto de renda e contribuição social corrente" de acordo com a Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08.

A Companhia possui redução do imposto de renda e adicionais. Em dezembro/2012 obteve aprovação do Ministério da Integração Social seu novo pedido de benefício fiscal de 75% para o período de 01/01/2012 a 31/12/2021 e o deferimento de seu pedido junto a Receita Federal, foi aprovado pelo Despacho nº 126 - DRF/ASJU de 04/03/2013. O benefício fiscal consiste na redução de até 75% do Imposto de Renda calculado sobre o lucro de exploração.

#### Lei n.º 12.973/2014 (MP 627/2013)

A Medida Provisória n.º 627/2013 que foi convertida na Lei 12.973/2014 trouxe alterações relevantes para as regras tributárias federais, dentre as quais destacam-se as seguintes: (i) revogação do Regime Tributário de Transição ("RTT"); (ii) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do IRPJ e CSLL; (iii) definição de que a alteração ou a adoção de novos métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, posteriores à publicação desta MP, não terão implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iv) inclusão de tratamento específico sobre a tributação de lucros ou dividendos; (v) inclusão de disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e (vi) novas considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

As providências da lei entrarão em vigor a partir de 2015, entretanto permite que o contribuinte opte pela antecipação dos efeitos para 2014. A Companhia fará a adoção ao novo regime a partir de 2015.

#### 14. Contas a receber da concessão

A Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei 12.783/2013, confirmou a intenção do Poder Concedente de utilizar o VNR - Valor novo de reposição para valoração dos créditos a receber, ao final da concessão, a título de indenização dos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados.

No entendimento da Administração da Companhia esse fato alterou as condições contratuais da concessão relacionadas à forma de remunerar a Companhia pelos investimentos realizados na infraestrutura vinculados à prestação de serviços outorgados, que até o exercício de 2011, era reconhecido pelo custo histórico. A partir de 31 de dezembro de 2012 a Companhia passou a reconhecer o VNR - Valor novo de reposição, homologados pela ANEEL, dos ativos que compõe a concessão, corrigidos pela variação do IGPM. No período findo em 30 de junho de 2014, foi reconhecido em receita financeira - atualização do contas a receber da concessão - VNR o montante de R\$3.647.

Esse direito está classificado como disponíveis para venda no não circulante. Em 30 de junho de 2014, o saldo dessa rubrica monta:

	30/06/2014	31/12/2013
Ativo financeiro custo histórico - 31/12/2013 e 31/12/2012	182.867	130.146
Adições no período (*)	9.504	44.575
Baixas no período	(215)	(463)
Ativo financeiro custo histórico	192.156	174.258
Atualização do contas a receber da concessão - VNR	3.647	8.609
<b>Ativo financeiro custo corrigido - 30/06/2014 e 31/12/2013</b>	<b>195.803</b>	<b>182.867</b>

(\*) Transferência do intangível para o contas a receber da concessão.

## 15. Intangível e Imobilizado

	30/06/2014	31/12/2013
Intangível - Contrato de concessão	249.574	235.795
Direito de concessão	304.654	314.255
Imobilizado	5.615	6.178
<b>Total</b>	<b>559.843</b>	<b>556.228</b>

## a) Intangível - Contrato de concessão

Referem-se à parcela da infraestrutura utilizada na concessão da distribuição de energia elétrica a ser recuperada pelas tarifas elétricas durante o prazo da concessão.

INTANGÍVEL	Saldo 31/12/2013	Adição	Transferências	Baixas (*)	Amortização	Saldo 30/06/2014
<b>Intangível em Serviço</b>						
Custo:	727.263	-	14.972	(2.321)	-	739.914
Amortização Acumulada	(331.408)	-	-	1.385	(18.376)	(348.399)
<b>Subtotal</b>	<b>395.855</b>	<b>-</b>	<b>14.972</b>	<b>(936)</b>	<b>(18.376)</b>	<b>391.515</b>
Em Curso	36.170	44.040	(15.018)	(11.414)	-	53.778
<b>Total</b>	<b>432.025</b>	<b>44.040</b>	<b>(46)</b>	<b>(12.350)</b>	<b>(18.376)</b>	<b>445.293</b>
<b>(-) Obrigações vinculadas à concessão</b>						
<b>Em Serviço</b>						
Custo	167.851	-	2.775	-	-	170.626
Amortização Acumulada	(40.244)	-	-	-	(4.651)	(44.895)
<b>Subtotal</b>	<b>127.607</b>	<b>-</b>	<b>2.775</b>	<b>-</b>	<b>(4.651)</b>	<b>125.731</b>
Em Curso	68.623	6.050	(2.775)	(1.910)	-	69.988
<b>Total das Obrigações vinculadas à concessão</b>	<b>196.230</b>	<b>6.050</b>	<b>-</b>	<b>(1.910)</b>	<b>(4.651)</b>	<b>195.719</b>
<b>Total Intangível</b>	<b>235.795</b>	<b>37.990</b>	<b>(46)</b>	<b>(10.440)</b>	<b>(13.725)</b>	<b>249.574</b>
<b>IMOBILIZADO</b>						
<b>Imobilizado em serviço</b>						
<b>Custo:</b>						
Software	19	-	-	-	-	19
Máquinas e equipamentos	10.208	-	44	-	-	10.252
Veículos	308	-	-	-	-	308
Móveis e utensílios	6.833	-	2	-	-	6.835
Depreciação Acumulada	(11.190)	-	-	-	(609)	(11.799)
<b>Total Imobilizado em serviço</b>	<b>6.178</b>	<b>-</b>	<b>46</b>	<b>-</b>	<b>(609)</b>	<b>5.615</b>
<b>Total Geral</b>	<b>241.973</b>	<b>37.990</b>	<b>-</b>	<b>(10.440)</b>	<b>(14.334)</b>	<b>255.189</b>

(\*) Das baixas no montante de R\$10.440, R\$9.504 foi transferido para o contas a receber da concessão e R\$936 referem-se a baixas realizadas no período.

A infraestrutura utilizada pela Companhia nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia, não podendo ser retirada, alienada, cedidas ou dadas em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99, regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para a sua desvinculação, quando destinada à alienação. Determina também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização está sendo efetuada pelo prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. Em 30 de junho de 2014 a taxa média ponderada de amortização utilizada é de 3,77%.

A Companhia passou a amortizar as obrigações especiais em abril de 2008. A partir da segunda revisão tarifária periódica, as obrigações vinculadas a concessão (obrigações especiais) passaram a ser amortizadas pela taxa média de depreciação do ativo imobilizado da respectiva atividade em que tiverem sido aplicados os recursos das obrigações especiais.

O saldo do intangível e do contas a receber da concessão estão reduzidos pelas obrigações vinculadas a concessão, que são representadas por:

Obrigações vinculadas à concessão:	30/06/2014	31/12/2013
Contribuições do consumidor	96.544	93.996
Participação da União - recursos CDE	133.434	132.906
Participação do Governo do Estado	43.093	43.081
Reserva para reversão	302	302
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	6.277	3.316
( - ) Amortização acumulada	(44.895)	(40.244)
<b>Total</b>	<b>234.755</b>	<b>233.357</b>
Alocação:		
Contas a receber da concessão	39.036	37.127
Infraestrutura - Intangível em serviço	125.731	127.607
Infraestrutura - Intangível em curso	63.711	65.307
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	6.277	3.316
<b>Total</b>	<b>234.755</b>	<b>233.357</b>

- As contribuições de consumidores representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.
- As subvenções da União - recursos CDE e a participação do Governo do Estado, são provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e estão destinados ao Programa Luz para Todos.
- A reserva para reversão constituída até 31 de dezembro de 1971, representa o montante de recursos provenientes do fundo de reversão, os quais foram aplicados em projetos de expansão da Companhia, incidindo juros de 5 % a.a. pagos mensalmente.

#### Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente

A ANEEL, através da Resolução Normativa nº 463 de 22 de novembro de 2011, determinou que os valores provenientes do faturamento de multas por ultrapassagem de demanda e consumo de energia reativa excedente, a partir do 3º ciclo de revisões tarifárias, passem a ser contabilizadas como Obrigações Especiais. Anteriormente ao 3º ciclo esses valores eram contabilizados como receita operacional. A Companhia passou pelo 3º ciclo de revisão tarifária, em abril de 2013, a partir dessa data, o faturamento das ultrapassagens de demanda passou a ser contabilizado na rubrica Obrigações Especiais. Em 30 de junho de 2014, o montante contabilizado naquela rubrica é de R\$6.277 (R\$3.316 em 31 de dezembro de 2013).

A ABRADDEE (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica), como representante das distribuidoras de energia elétrica, ingressou no judiciário questionando o tratamento dado a esse faturamento.

## Imobilizado

Taxas de depreciação praticadas pela Companhia foram:

Taxas de depreciação do ativo imobilizado	30/06/2014
Edificações e benfeitorias	3,33%
Máquinas e equipamentos	6,25%
Veículos	14,29%
Móveis e utensílios	6,25%

## b) Direito de concessão

O ágio incorporado pela Companhia está sendo amortizado a partir de abril de 1998 até o término de concessão de distribuição de energia elétrica - dezembro de 2027, tomando-se por base as curvas de rentabilidade projetadas. A amortização do ágio gera um benefício fiscal da ordem de 34%. Em 30 de junho de 2014, a previsão de amortização do ágio e do benefício fiscal é como segue:

Período de amortização	30/06/2014	Redução do imposto de renda e contribuição social
2014 e 2015	29.300	9.962
2016 e 2017	40.920	13.913
2018 e 2019	42.935	14.598
2020 e 2021	44.940	15.280
2022 e 2023	46.924	15.954
2024 e 2025	48.870	16.616
2026 em diante	50.765	17.259
<b>Total</b>	<b>304.654</b>	<b>103.582</b>

A movimentação está apresentada a seguir:

	30/06/2014	31/12/2013
Saldo - 31/12/2013 e 31/12/2012	314.255	332.947
Amortização no período	(9.601)	(18.692)
<b>Saldo - 30/06/2014 e 31/12/2013</b>	<b>304.654</b>	<b>314.255</b>

## 16. Fornecedores

	30/06/2014	31/12/2013
Suprimento (1):		
CCEE	8.365	1.134
Contratos Bilaterais (1)	45.010	33.413
Encargo do serviço de sistema (1)	-	2.629
Conexão à rede (1)	240	238
Uso do sistema de distribuição (CUSD) (1)	1.719	1.651
Materiais, serviços e outros (2)	14.154	17.850
	<b>69.488</b>	<b>56.915</b>
Circulante	67.111	54.538
Não Circulante	2.377	2.377

1. Refere-se à aquisição de energia elétrica de geradores, uso da rede básica e uso do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias.
2. Refere-se às aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição e comercialização de energia elétrica, com prazo médio de liquidação de 40 dias.

## 17. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Operações	Encargos da dívida	Principal		Total		Ref.
		Circulante	Não Circulante	30/06/2014	31/12/2013	
<b>Em moeda nacional</b>						
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Grupo Energisa III(*)	118	-	15.000	15.118	15.114	
Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	13	153	207	373	456	
Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	45	421	1.321	1.787	2.020	
Eletrobrás - Luz para Todos - 3ª tranche	65	512	1.811	2.388	2.612	
Eletrobrás - Luz para Todos - 4ª tranche	1	45	291	337	359	
Eletrobrás - Luz para Todos - 5ª tranche	-	29	1.933	1.962	251	
Eletrobrás - Subtransmissão	117	1.807	1.250	3.174	4.078	
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE)	293	2.228	5.011	7.532	8.799	
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FAT)	742	2.543	3.180	6.465	7.467	
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2009-2010 (FNE)	768	2.649	13.900	17.317	18.997	
Banco ABC - repasse BNDES	514	5.027	21.534	27.075	29.792	
Banco ABC - repasse BNDES	35	212	2.833	3.080	3.399	
Banco Itaú BBA - FINAME	51	1.014	11.451	12.516	11.133	
Banco Itaú BBA - FINEM	57	2.835	15.636	18.528	-	
<b>Total em moeda nacional</b>	<b>2.819</b>	<b>19.475</b>	<b>95.358</b>	<b>117.652</b>	<b>104.477</b>	
(-) custos de captação incorridos na contratação	(153)	-	(546)	(699)	(777)	
<b>Em moeda estrangeira</b>						
Bank of America Merrill Lynch	44	-	65.910	65.954	70.332	(1)
Banco Itau BBA	970	-	110.412	111.382	118.688	(1)
Banco Citibank	614	-	109.903	110.517	117.805	(1)
<b>Total em moeda estrangeira</b>	<b>1.628</b>	<b>-</b>	<b>286.225</b>	<b>287.883</b>	<b>306.825</b>	
<b>Total</b>	<b>4.294</b>	<b>19.475</b>	<b>381.037</b>	<b>404.806</b>	<b>410.525</b>	

(\*) Para garantia do pagamento das parcelas de curto prazo, a Companhia mantém aplicações financeiras no montante de R\$7.344 (R\$8.693 em 31 de dezembro de 2013), registrado na rubrica "recursos vinculados" no ativo circulante e não circulante.

(1) Os contratos em moeda estrangeira possuem proteção de swap cambial e instrumentos financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 26).

Os financiamentos obtidos junto ao Finame estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados.

A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Condições contratuais dos empréstimos e financiamentos em 30 de junho de 2014:

Operação	Vencimento	Características da Operação		Prazo Médio meses	Custo da Dívida		TIR (Taxa efetiva de juros)	Ref
		Periodicidade Amortização	Garantias Reais		Indexador	Tx de Juros aa		
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	dez-2020	mensal, após dez. 2017	Recebíveis	60	CDI	+ 0,7%	10,44%	
Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	out-2016	mensal	Recebíveis	14	RGR	5,0%	5,0%	
Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	abr-2018	mensal	Recebíveis	23	RGR	5,0%	5,0%	
Eletrobrás - Luz para Todos - 3ª tranche	out-2019	mensal	Recebíveis	31	RGR	5,0%	5,0%	
Eletrobrás - Luz para Todos - 4ª tranche	jul-2022	mensal	Recebíveis	48	RGR	5,0%	5,0%	
Eletrobrás - Luz para Todos - 5ª tranche	out-2022	mensal	Recebíveis	56	RGR	5,0%	5,0%	
Eletrobrás - Subtransmissão	mar-2016	mensal	Recebíveis	10	RGR	5,0%	5,0%	
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE)	jun-2017	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	18	pré-fixado	8,3%	8,3%	(2)
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FAT)	jun-2017	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	15	TJLP	+ 4,0%	9,2%	
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2009-2010 (FNE)	ago-2019	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	31	pré-fixado	8,4%	8,4%	(2)
Banco ABC - Repasse BNDES	mai - 2019	mensal	Aval Energisa S.A.	31	TJLP	+ De 2,2% a 4,10%	7,31% a 9,3%	
Banco ABC - Repasse BNDES	fev - 2023	mensal	Aval Energisa S.A.	34	pré-fixado	De 8,10% a 9,10%	8,10% a 9,10%	
Banco Itaú BBA - FINAME	Ate fev-2024	mensal	Aval Energisa S/A	52	pré-fixado	De 2,5% a 8,7%	2,5% a 8,7%	
Banco BNB - repasse BNDES Finem	mar - 2020	mensal	Aval Energisa S/A	32	TJLP	+ De 2,90% a 3,90%	8,04% a 9,09%	
Bank of America Merrill Lynch	set-2015	final	Aval Energisa S/A	15	Libor	+ 2,45%	3,02%	(1)
Banco Itaú BBA	Abr-2018	Anual, após abr-2018	Aval Energisa S/A	40	Dólar	+ 3,4892	2,09%	
Citibank	Abr-2018	final	Aval Energisa S/A	46	Libor	+ 1,91%	2,48%	

(1) Possui Swap.

(2) Considera Bônus de adimplemento 25% e 15% sobre juros, para investimentos no semi-árido e fora do semi-árido, respectivamente.

Os principais indicadores utilizados para a atualização de empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais no período/exercício:

Moeda/indicadores	30/06/2014	31/12/2013
US\$ x R\$	-5,98%	14,64%
TJLP	2,53%	5,00%
SELIC	5,02%	8,22%
CDI	4,76%	8,06%
IPCA	3,75%	5,91%
IGP-M	2,45%	5,53%



Em 30 de junho de 2014, os vencimentos dos financiamentos de longo prazo são os seguintes:

	30/06/2014
2015	76.615
2016	20.212
2017	72.847
2018	185.343
2019	15.290
Após 2019	10.730
<b>Total</b>	<b>381.037</b>

Seguem as movimentações ocorridas no período/exercício:

Descrição	30/06/2014	31/12/2013
Saldos em 31/12/2013 e 31/12/2012	410.525	424.505
Novos empréstimos e financiamentos obtidos	22.679	241.480
Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial	(9.385)	101.244
Pagamento de principal	(9.220)	(315.538)
Pagamento de juros	(9.793)	(41.166)
Saldos em 30/06/2014 e 31/12/2013	404.806	410.525
Circulante	23.769	22.667
Não circulante	381.037	387.858

Os custos de captações dos financiamentos a serem amortizados nos períodos subsequentes é como segue:

Contratos	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017 em diante	Total
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Grupo Energisa III	12	25	25	98	160
Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2007-2008 (FNE)	15	30	30	15	90
Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2007-2008 (FAT)	12	25	25	12	74
Banco ABC - repasse BNDES	8	17	17	43	85
Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2009-2010 (FNE)	28	56	56	150	290
<b>Total</b>	<b>75</b>	<b>153</b>	<b>153</b>	<b>318</b>	<b>699</b>

## 18. Debêntures (não conversíveis em ações)

Principais características das debêntures:

	2ª Emissão (1)	3ª Emissão	Total
Tipo de emissão	Pública	Pública	
Data de emissão	15/12/2009	30/10/2013	
Data de vencimento	15/12/2014	30/10/2019	
Garantia	Quirografária	Quirografária	
Rendimentos	CDI + 1,0% a.a	115% do CDI	
TIR (taxa efetiva de juros)	10,78% a.a.	11,02%	
Quantidade de títulos	60.000	60	
Valor na data de emissão	60.000	60.000	
Títulos em circulação	60.000	60	
Carência de Juros	6 meses	24 meses	
Data de repactuação	15/12/2012	-	
Amortizações/parcelas	Final	5 anuais	
<b>Saldos em 30/06/2014 (2)</b>	<b>60.145</b>	<b>64.580</b>	<b>124.725</b>
Circulante	60.145	4.580	64.725
Não circulante	-	60.000	60.000
<b>Saldos em 31/12/2013 (2)</b>	<b>60.051</b>	<b>61.062</b>	<b>121.113</b>
Circulante	60.051	1.062	61.113
Não circulante	-	60.000	60.000

1) Deduzido de R\$98 (R\$195 em 31 de dezembro de 2013) referente a custos de captação incorridos na contratação.

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 30 de junho de 2013 as exigências contratuais foram cumpridas.

Em 30 de junho de 2014 as debêntures têm seus vencimentos assim programados:

	30/06/2014
2015	12.000
2016	12.000
2017	12.000
2018	12.000
2019	12.000
<b>Total</b>	<b>60.000</b>

Seguem as movimentações ocorridas no período/exercício:

Descrição	30/06/2014	31/12/2013
<b>Saldos em 31/12/2013 e 31/12/2012</b>	<b>121.113</b>	<b>132.309</b>
Novas emissões de debêntures-3º emissão	-	74.273
Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial	6.902	23.451
Recompra de debêntures 1ª e 2ª emissão	-	(96.084)
Pagamento de juros	(3.291)	(12.836)
<b>Saldos em 30/06/2014 e 31/12/2013</b>	<b>124.724</b>	<b>121.113</b>
Circulante	64.724	61.113
Não circulante	60.000	60.000

## 19. Tributos e contribuições sociais

	30/06/2014	31/12/2013
ICMS	15.735	14.359
Encargos Sociais	1.298	1.304
IRPJ	10.587	8.907
CSSL	6.336	4.260
PIS/COFINS	9.154	8.151
Outros	1.342	1.012
<b>Total</b>	<b>44.452</b>	<b>37.993</b>
Circulante	31.192	26.539
Não circulante	13.260	11.454

## 20. Parcelamento de impostos

Descrição	30/06/2014	31/12/2013
Benefício da Lei 11.941/2009 - Refis IV	5.340	6.093
Número de parcelas	33	39

A Companhia aderiu ao programa do Novo REFIS instituído pela Lei 11.941/2009, o qual está sendo liquidado pela prestação mínima até a consolidação dos débitos.

Em 30 de junho de 2014, o saldo desse parcelamento é no montante de R\$5.340 (R\$6.093 em 31 de dezembro de 2013).

Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, o saldo dos impostos parcelados no consolidado está assim programado:

	30/06/2014	31/12/2013
2014	965	1.875
2015	1.930	1.875
2016	1.930	1.875
Após 2016	515	468
<b>Total</b>	<b>5.340</b>	<b>6.093</b>
Circulante	1.942	1.875
Não circulante	3.398	4.218

## 21. Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais:

A Administração da Companhia, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisão para riscos de natureza trabalhistas, cíveis e fiscais, como segue:

	31/12/2013	Provisões constituídas	Reversões de provisões	Atualização	30/06/2014
Trabalhistas	14.099	1.596	(2.749)	552	13.498
Cíveis	4.747	552	(156)	205	5.348
<b>Total</b>	<b>18.846</b>	<b>2.148</b>	<b>(2.905)</b>	<b>757</b>	<b>18.846</b>
Depósitos e cauções vinculados (*)	(19.118)				(24.684)

(\*) A Companhia possui depósitos e cauções vinculados no ativo não circulante, no montante de R\$32.914 (R\$28.769 em 31 de dezembro de 2013). Desse total, R\$8.230 (R\$9.651 em 31 de dezembro de 2013) não possuem provisões para riscos em face do prognóstico de êxito ser possível ou provável.

Nos primeiros seis meses do ano de 2014 foram pagos o montante de R\$2.612, sendo de indenizações trabalhistas R\$1.559 e de indenizações cíveis R\$1.053.

### Perdas prováveis

#### Trabalhistas

Referem-se às reclamações trabalhistas de pedido de horas extras, equiparação salarial, FGTS e verbas contratuais/legais.

#### Cíveis

Nos processos cíveis discutem-se principalmente indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores, envolvendo débitos de energia.

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimado como provável.

### Perdas Possíveis

A Companhia possui processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento em um montante total de R\$296.053 (R\$277.697 em 31 de dezembro de 2013), cuja probabilidade de êxito foi estimada pelos consultores jurídicos como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Segue os comentários de nossos consultores jurídicos referente as ações consideradas com riscos possíveis:

#### Trabalhistas

As ações judiciais de natureza trabalhistas no montante de R\$16.258 (R\$13.972 em 31 de dezembro de 2013), referem-se a discussões de ex-empregados que requerem recebimento de horas extras, de adicional de periculosidade, horas de sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente de trabalho, bem como ações de ex-empregados de prestadores de serviços contratados pela Companhia reclamando responsabilidade solidária por verbas rescisórias, bem como a cobrança de contribuição sindical.

## Cíveis

As ações judiciais de natureza cível no montante de R\$31.735 (R\$26.584 em 31 de dezembro de 2013), referem-se, em sua grande maioria, a discussões sobre o valor de contas de energia elétrica, em que o consumidor requer a revisão ou o cancelamento da fatura; cobrança de danos materiais e morais pelo consumidor, decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição ou decorrentes de variações de tensão elétrica ou de falta momentânea de energia; bem como a ações em que os consumidores pretendem a devolução de valores, em face dos reajustes tarifários determinados pelas Portarias nº 38 e nº 45/1986, do extinto Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE, durante o congelamento de preços no Plano Cruzado. Além de multas regulatórias originárias de procedimentos de fiscalização do poder concedente que encontram-se em processo de defesa administrativa.

## Fiscais

As ações de natureza fiscais e tributárias no montante R\$248.060 (R\$237.141 em 31 de dezembro de 2013), referem-se basicamente a discussões sobre: (i) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS; (ii) diferencial de alíquota; e (iii) imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, entre outras.

## 22. Patrimônio líquido

---

### 22.1. Capital Social e reservas de capital

O capital social subscrito e integralizado no montante de R\$357.135 (R\$345.762 em 31 de dezembro de 2013) está representado por 195.509 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de abril de 2014, foi aprovado o aumento de capital da Companhia em R\$11.373, sem emissão de novas ações, mediante capitalização do saldo da reserva de lucros - Incentivo Fiscal - Redução de Imposto de Renda, passando o capital social para R\$357.135.

O capital social da Companhia poderá ser aumentado, por subscrição, independentemente de modificação estatutária até o limite de 450 mil ações, sendo até 150 mil ações ordinárias e até 300 mil ações preferenciais, cabendo ao Conselho de Administração a deliberação sobre forma, condições da subscrição e integralização das ações bem como as características das ações a serem emitidas e o preço de emissão.

### 22.2. Dividendos

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 25 de abril de 2014, foi aprovado o pagamento de dividendos adicionais propostos da Companhia, relativos ao exercício de 2013, no montante de R\$11.054, equivalentes a R\$55,92 por ação ordinária, a serem pagos em 2 parcelas até 31 de dezembro de 2014, tendo sido liquidados R\$4.000 em 31 de julho de 2014 e R\$7.054 em 07 de agosto de 2014.

O Conselho de Administração aprovou em 06 de junho de 2014, a distribuição de dividendos intercalares à conta dos resultados apurados até 30 de abril do corrente exercício, no montante de R\$16.448 (R\$84,1317 por ação ordinária), pagos no dia 11 de junho de 2014.

Adicionalmente, foram pagos R\$8.000 em 27 de fevereiro de 2014, referente aos dividendos do exercício de 2013, aprovados pela RCA de 19 de dezembro de 2013.

## 23. Receitas operacionais

	30/06/2014				30/06/2013			
	Não revisado pelos auditores independentes		01/04/2014 à 30/06/2014	01/01/2014 à 30/06/2014	Não revisado pelos auditores independentes		01/04/2013 à 30/06/2013	01/01/2013 à 30/06/2013
	Nº de consumidores	MWh	R\$	R\$	Nº de consumidores	MWh	R\$	R\$
Residencial	625.446	506.142	112.085	224.115	599.101	481.028	100.434	205.000
Industrial	2.649	151.201	24.525	47.876	2.672	144.852	21.678	43.393
Comercial	41.413	271.334	60.664	121.075	39.760	258.909	55.696	112.512
Rural	18.569	58.600	7.250	16.436	18.256	60.111	7.656	16.075
Poder Público:								
Federal	111	16.842	2.836	5.682	110	16.657	2.729	5.608
Estadual	4.596	35.202	5.889	11.801	4.555	34.815	5.670	11.649
Municipal	766	16.162	2.770	5.552	759	15.984	2.668	5.481
Iluminação Pública	667	78.949	7.608	14.462	690	76.775	6.625	12.986
Serviço Público	1.208	112.444	11.650	23.809	1.194	112.580	11.590	22.770
Consumo Próprio	96	1.588	-	-	52	1.585	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>695.521</b>	<b>1.248.464</b>	<b>235.277</b>	<b>470.808</b>	<b>667.149</b>	<b>1.203.296</b>	<b>214.746</b>	<b>435.474</b>
Receita de Remuneração dos Ativos da Concessão	-	-	3.114	6.152	-	-	2.371	4.543
Suprimento	2	120.522	10.908	18.360	2	110.114	11.181	14.274
Fornecimento não faturado (líquido)	-	(34.774)	235	(7.596)	-	(23.696)	53	(8.237)
Disponibilização do sistema de transmissão e de distribuição	17	-	8.974	18.298	16	-	10.108	22.668
Receita de Construção	-	-	25.413	41.898	-	-	20.161	29.891
Outras receitas operacionais	-	-	2.547	3.978	-	-	2.142	4.673
<b>Total</b>	<b>695.540</b>	<b>1.334.212</b>	<b>286.468</b>	<b>551.898</b>	<b>667.167</b>	<b>1.289.714</b>	<b>260.762</b>	<b>503.286</b>
Deduções da Receita Operacional								
ICMS	-	-	49.270	98.968	-	-	44.411	90.650
PIS	-	-	4.269	8.377	-	-	3.918	7.789
COFINS	-	-	20.208	39.128	-	-	18.046	35.883
ISS	-	-	34	65	-	-	45	81
Quota para RGR	-	-	-	-	-	-	-	(2.466)
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	937	1.782	-	-	839	1.650
Conta de Desenvolvimento Energia CDE	-	-	622	1.137	-	-	409	817
Conta Consumo Combustível - CCC	-	-	-	-	-	-	-	1.480
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento-P&D	-	-	937	1.782	-	-	354	1.651
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	-	-	1.519	2.962	-	-	855	855
<b>Total - deduções da receita operacional</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>77.796</b>	<b>154.201</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>68.877</b>	<b>138.390</b>
<b>Total Receita Operacional Líquida</b>	<b>695.540</b>	<b>1.334.212</b>	<b>208.672</b>	<b>397.697</b>	<b>667.167</b>	<b>1.289.714</b>	<b>191.885</b>	<b>364.896</b>

## 24. Custo de Energia Elétrica Comprada para Revenda

	MWH (**)		Energia elétrica comprada p/revenda			
	30/06/2014	30/06/2013	01/04/2014	01/01/2014	01/04/2013	01/01/2013
			a	a	a	a
	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2013
Energia de leilão	751.464	726.581	78.391	151.711	66.050	157.395
Energia bilateral	63.915	63.915	6.754	12.487	6.786	11.657
Cotas de Angra REN 530/12	55.817	56.119	4.185	8.416	3.837	7.674
Energia de curto prazo - CCEE	106.892	80.649	45.681	112.506	10.996	26.509
Cotas Garantia Física-Res. Homol. ANEEL 1410 - Anexo I	535.863	538.834	8.031	16.290	7.977	16.139
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	30.969	30.859	3.791	7.581	3.615	7.229
Ressarcimento pela exposição térmica (*)	-	-	(26.492)	(78.798)	(289)	(27.693)
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(8.886)	(17.182)	(8.443)	(14.984)
<b>Total</b>			<b>111.455</b>	<b>213.011</b>	<b>90.529</b>	<b>183.926</b>

(\*) Através do Decreto presidencial n.º 8.221, foi criada a Conta no Ambiente de Contratação Regulada (CONTA-ACR), destinada a cobrir, total ou parcialmente, as despesas incorridas pelas concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica em decorrência de: (i) exposição involuntária no mercado de curto prazo; e (ii) despacho de usinas termelétricas vinculadas a Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR, na modalidade por disponibilidade de energia elétrica.

(\*\*) Não revisado pelos auditores independentes.

Para os meses de janeiro a junho a Aneel já homologou os valores conforme abaixo:

Meses	Despacho	Valor
Janeiro	Despacho 515 de 7 de março de 2014	4.107
Fevereiro	Despacho 1256 de 22 de abril de 2014	22.265
Março	Despacho 1443 de 9 de maio de 2014	25.934
Abril	Despacho 1696 de 2 de junho de 2014	16.387
Maio	Ofício 90/2014 de 08 de julho de 2014	10.105
Junho	Despacho 3.017 de 05 de agosto de 2014	-

Os valores referentes aos Despachos de janeiro a abril já foram repassados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE nas contas correntes vinculadas ao aporte de garantias financeiras do mercado de curto prazo das concessionárias.

Os montantes foram registrados no resultado pelas respectivas controladas como redução de custo de energia comprada e sobre eles foram registrados de encargos de PIS e COFINS.

## 25. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das informações financeiras intermediárias e, consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

As apólices de riscos nomeados e responsabilidade civil são contratadas em conjunto com as demais empresas do Grupo Energisa, sendo o limite máximo de indenização os montantes constantes da cobertura securitária.

As principais coberturas são:

Ramos	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio anual
			30/06/2014 e 31/12/2013
Riscos Operacionais	23/10/2014	35.320	208
Responsabilidade Civil Geral	23/10/2014	50.600	186
Automóveis - Danos Materiais e Corporais a Terceiros.	23/10/2014	Até R\$360 mil/veículo	120
Vida em Grupo - Morte e Acidentes Pessoais	31/12/2014	54.640	242
			<b>756</b>

### Riscos Nomeados

Na apólice contratada foram destacadas as subestações, prédios e equipamentos com seus respectivos valores segurados e seus limites máximos de indenização. Possui cobertura securitária básica tais como incêndio, raio e explosão de qualquer natureza, danos elétricos, queda de aeronave, impacto de veículo aéreo e terrestre, tumultos, equipamentos móveis, alagamento/inundação, pequenas obras de engenharia, despesas extraordinárias, inclusão / exclusão de Bens e locais, erros e omissões.

### Responsabilidade Civil

Apólice contratada possuindo cobertura securitária para Danos Morais, Materiais e Corporais causados a terceiros em decorrência das operações da Companhia.

### Automóveis

A Companhia mantém cobertura securitária para RCF/V - Responsabilidade Civil Facultativa/Veículos, garantindo aos terceiros envolvidos em sinistros, cobertura de danos pessoais e/ou materiais incorridos.

### Vida em Grupo e Acidentes Pessoais

Garante cobertura securitária no caso de morte por qualquer causa, invalidez permanente total ou parcial por acidente e invalidez funcional permanente de seus empregados.

## 26. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

Abaixo, são comparados os valores contábeis e valor justo dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

ATIVO	30/06/2014		31/12/2013	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Caixa e equivalente de caixa	40.958	40.958	30.452	30.452
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	19.384	19.384	39.575	39.575
Consumidores e concessionárias	102.509	102.509	98.810	98.810
Títulos de créditos a receber e outros	12.489	12.489	10.207	10.207
Conta a receber da concessão	195.803	195.803	182.867	182.867
Instrumentos financeiros derivativos	17.283	17.283	17.791	17.791
<b>PASSIVO</b>				
Fornecedores	69.488	69.488	56.915	56.915
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	529.531	528.930	531.638	532.983



Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008 e à Deliberação nº 604/2009, a descrição dos saldos contábeis e do valor justo dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 30 de junho de 2014 e estão identificadas a seguir:

### **Não derivativos - classificação e mensuração**

#### **Empréstimos e recebíveis**

Incluem clientes, consumidores e concessionárias, títulos de créditos a receber, outros créditos e contas a receber da concessão. São inicialmente mensurados pelo custo amortizado, usando-se a taxa de juros efetiva, sendo seus saldos aproximados ao valor justo.

#### **Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados**

Os saldos das aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários e fundos de investimentos são avaliados ao seu valor justo por meio do resultado, exceto se mantidos até o vencimento, quando a Companhia manifestar intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, esses ativos são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

#### **Ativos financeiros disponíveis para venda**

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do período.

#### **Passivos financeiros pelo custo amortizado**

Fornecedores - são mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo.

Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures - Os instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros ao custo amortizado. Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos vinculados aos investimentos obtidos em moeda nacional, junto a Eletrobrás, BNB, BNDES e empréstimos com bancos comerciais, se aproximam de seus respectivos valores justos, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. O valor justo dos passivos financeiros que são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados (fonte: CETIP), sendo esse a 2ª emissão de debêntures. Para os instrumentos financeiros sem mercado ativo, sendo esses o FIDC e a 3ª emissão de debêntures (ESE), a Companhia estabeleceu o seu valor justo como sendo equivalente ao valor contábil do instrumento.

#### **Derivativos**

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Companhia tem como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de *swap* e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação do dólar além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

- **Incertezas**

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

- **Administração financeira de risco**

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. Assim, fixou limites de atuação com montantes e indicadores preestabelecidos na “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” (revista anualmente e disponível na web site da Companhia, tendo sido a última revisão em 20/12/2012) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia.

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvam a Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

- **Gestão de risco de capital**

O índice de endividamento no final do período é o seguinte:

	30/06/2014	31/12/2013
Dívida (a)	529.531	531.638
Caixa e equivalentes de caixa	(40.958)	(30.452)
Dívida líquida	488.573	501.186
Patrimônio líquido (b)	368.621	347.533
Índice de endividamento líquido	1,33	1,44

(a) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado nas notas explicativas nº 17 e nº 18.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

**a) Risco de liquidez**

A administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

A seguir, apresentamos a estratificação dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros

estimados. Não é esperado que possam ocorrer alterações significantes nos fluxos de caixa incluídos nesta análise.

	Taxa média de juros efetiva ponderada (%) meses	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		67.111	-	-	-	2.377	69.488
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	10,69%	85.044	18.919	174.932	276.853	20.253	576.001
<b>Total</b>		<b>152.155</b>	<b>18.919</b>	<b>174.932</b>	<b>276.853</b>	<b>22.630</b>	<b>645.489</b>

## b) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos das aplicações financeiras de suas disponibilidades são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro”. Constituído no primeiro trimestre de 2010, o Comitê de Auditoria do Conselho de Administração tem a função de supervisionar se a administração do grupo vem seguindo as regras e princípios estabelecidos na política.

O risco de crédito, é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a clientes inadimplentes. Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, está sujeita a modificações, dependendo de decisões de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor. Esses processos decorrem da interpretação de regras do mercado, vigentes entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, período do Programa Emergencial de Redução de Energia Elétrica.

### *Exposição a riscos de crédito*

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das informações contábeis intermediárias foi:

	30/06/2014	31/12/2013
Caixa e equivalente de caixa	40.958	30.452
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	19.384	39.575
Consumidores e concessionárias	102.509	98.810
Títulos de créditos a receber e outros	12.489	10.207
Conta a receber da concessão	195.803	182.867
Instrumentos financeiros derivativos	17.283	17.791

O detalhamento desses créditos está apresentado nas notas explicativas nº 5, 6, 7, 14 e 26.

## c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 17, é composta de financiamentos obtidos junto a diversos agentes de fomento nacional (Eletrobrás, Banco do Nordeste e BNDES) e outras instituições do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo “método do custo amortizado” com base em suas taxas contratuais.

A Companhia está atenta às oportunidades para renovação destes instrumentos de proteção, de forma a estruturar operações que representem a continuidade destes mecanismos existentes de proteção, podendo, eventualmente, adotar outros mecanismos que conjuguem, de forma prudente, risco e custo.

Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as operações de vendas de opções vinculadas aos swaps dos passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o período findo em 30 de junho de 2014, com queda de 5,98% sobre 31 de dezembro de 2013, cotado a R\$2,2025/USD. A volatilidade do dólar norte-americano em 30 de junho de 2014 era de 8,98%, enquanto em 31 de dezembro de 2013 era de 11,5%.

Do montante das dívidas bancárias de emissões da Companhia em 30 de junho de 2014 de R\$530.328 (R\$532.610 em 31 de dezembro de 2013), R\$287.883 (R\$306.825 em 31 de dezembro de 2013) estão representados em dólares pela emissão internacional de (i) US\$30 milhões (US\$ 30 milhões de principal) de empréstimo captado junto ao Bank of America Merrill Lynch, cujo saldo no final do período, incluindo juros da ordem de R\$70,3 milhões. (ii) US\$50,7 milhões (US\$ 50,2 milhões de principal) de empréstimo captado junto ao Banco Itaú BBA, cujo saldo no final do período, incluindo juros da ordem de R\$118,7 milhões. (iii) US\$50,3 milhões (US\$ 50 milhões de principal) empréstimo captado junto ao Banco Citibank, cujo saldo no final do período, incluindo juros da ordem de R\$117,8 milhões.

Os empréstimos têm vencimento de longo prazo (vencimentos até 2018) e custos de até US\$ mais 4,105% ao ano.

O balanço patrimonial em 30 de junho de 2014 apresenta R\$17.283 (R\$17.791 em 31 de dezembro de 2013) no ativo não circulante a título de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros, originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação do dólar. Não se tratam de valores materializados, pois reflete os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de hedge e não reflete a expectativa da Administração. À medida que os limitadores estabelecidos para as operações vigentes não forem ultrapassados, conforme abaixo descrito, deverá ocorrer a reversão do lançamento de marcação a mercado ora refletido nas informações contábeis intermediárias. Por outro lado, uma maior deterioração da volatilidade do cupom cambial e da cotação do dólar, poderão implicar no aumento do valor ora contabilizado.

A Companhia possui proteção contra efeitos adversos sobre os financiamentos atrelados à variação cambial, conforme mencionados acima. As proteções acima estão divididas nos instrumentos descritos a seguir:

Dívida	Notional (USD)	Custo Financeiro	Vencimento	Limitador
Loan 4131 BAML	30.000		21/09/2015	2,90(Set-15)
P. Ativa		Libor + 2,45%		
P. Passiva		100,0% CDI		
Loan 4131 Itaú BBA	50.231		17/04/2018	3,11(Abr-17) 3,30(Abr-18)
P. Ativa		VC + 4,105%		
P. Passiva		108,95% CDI		
Loan 4131 Citibank			19/04/2018	3,31(Abr-18)
P. Ativa	50.000	Libor + 1,91%		
P. Passiva		103,5% CDI		

A Administração da Companhia está atenta aos movimentos de mercado, de forma que estas operações poderão ter sua proteção reestruturada e mesmo seus prazos alongados, a depender do comportamento do câmbio (R\$/US\$), no que diz respeito à volatilidade e patamar de estabilização. A Administração da Companhia procedeu a substituição dos derivativos mais complexos por estruturas mais simples e de maior liquidez, buscando menor exposição ao risco.

Em consonância com a Deliberação CVM nº CVM 603/09, apresentam-se resumidamente abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, vigentes em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013 e que podem ser assim resumidos:

Instrumentos financeiros derivativos					
	Valor de Referência		Descrição	Valor Justo	
	30/06/2014	31/12/2013		30/06/2014	31/12/2013
			Posição Ativa	-	-
			Moeda Estrangeira- USD	302.247	318.747
	260.770	260.770	Posição Passiva		-
Swap com Opções Merrill Lynch/Itau BBA/Citibank			Taxa de Juros CDI	(269.092)	(269.483)
			Opções de Moeda Estrangeira (US\$)	(15.872)	(31.473)
				<u>17.283</u>	<u>17.791</u>

O Valor Justo dos derivativos registrados em 30 de junho de 2014 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 18 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados descritos acima. A Companhia não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possui expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como Valor Justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A marcação a mercado (MtM) das operações da Companhia foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar também foram obtidas na BMF.

### Análise de Sensibilidade

De acordo com a Instrução CVM 475/08 e a Deliberação nº 604/2009, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado:

#### a) Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013 com a simulação dos efeitos nas informações financeiras intermediárias futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados

a valor presente para data base das informações financeiras intermediárias):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável)(*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros - Empréstimos	287.883		28.907	(39.427)	(107.762)
Swap com Opções:					
Posição Ativa - Moeda Estrangeira - USD	302.247	Alta USD	273.339	341.674	410.009
Posição Passiva - Taxa de Juros CDI	(269.092)		(269.092)	(269.092)	(269.092)
Opções de Moeda Estrangeira - USD	(15.872)		-	(6.219)	(64.268)
<b>Subtotal</b>	<b>17.283</b>		<b>4.247</b>	<b>66.363</b>	<b>76.649</b>
<b>Total</b>	<b>-</b>		<b>33.154</b>	<b>26.936</b>	<b>(31.113)</b>

(\*) Considera o cenário macroeconômico da Pesquisa Focus vigente em 30 de junho de 2014, para as datas futuras até a liquidação final das operações.

Os derivativos no “Cenário Provável”, calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa pré-fixada brasileira em reais para 30 de junho de 2014, atingem seu objetivo, o que é refletido no valor presente positivo de R\$33.154, que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), e desde que os limitadores dos instrumentos financeiros derivativos não sejam ultrapassados, o que faria com que a Companhia ficasse sem proteção, maiores serão os resultados positivos dos swaps. Por outro lado, em determinados cenários de deterioração do real frente ao dólar, com 25% e 50% de desvalorização do real, observaríamos períodos de ultrapassagem de alguns dos limitadores atualmente vigentes, levando a valores presentes positivo de R\$26.936 e negativo de R\$31.113, respectivamente.

#### b) Variação das taxas de juros

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 30 de junho de 2014 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 11,10%, TJLP = 5,0% ao ano e FNE = 8,0% ao ano) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	43.018	Alta do CDI	1.131	1.401	1.665
Instrumentos financeiros passivos:					
Empréstimos, financiamentos e debêntures.	(139.940)	Alta do CDI	(2.278)	(2.817)	(3.345)
	(52.069)	Alta da TJLP	(639)	(795)	(950)
	(24.849)	Alta do FNE	(483)	(599)	(914)
<b>Subtotal (**)</b>	<b>(216.858)</b>		<b>(3.400)</b>	<b>(4.211)</b>	<b>(5.209)</b>
<b>Total (Perdas)</b>	<b>(173.840)</b>		<b>(2.269)</b>	<b>(2.810)</b>	<b>(3.544)</b>

(\*) Considera o CDI de 30 de setembro de 2014 (11% a.a.), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 30 de junho 2014, TJLP 5% a.a e recursos do FNE de 8% a.a. (operações contratadas junto ao Banco do Nordeste, já refletindo bônus de adimplimento).

(\*\*) Não inclui as operações em dólar no valor de R\$287.883

## Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Instrumentos financeiros	Nível	30/06/2014	31/12/2013
<b>Ativos</b>			
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	19.384	39.575
Instrumentos financeiros derivativos	2	17.283	17.791
Contas a receber da concessão	3	195.803	182.867

## 27. Benefícios a empregados

### a) Plano de suplementação de aposentadoria e pensões

Plano de benefício definido

O plano de benefício previdenciário mantidos pela Energisa SE (Inergus) na modalidade de benefício definido, regularmente apresentava déficit atuarial.

Durante o exercício de 2009, na busca do equacionamento desses planos a Administração apresentou e conseguiu aprovação junto a Secretaria de Previdência Privada das seguintes alterações dos referidos planos:

1. Fechamento dos Planos de Benefícios Definido (BD) para novos participantes.
2. Criação dos Planos Saldados (PS) para o qual poderão migrar os atuais participantes ativos; e
3. Criação dos Planos de Contribuição Definida (CD) para o qual poderão migrar todos os atuais participantes ativos que tenham migrado concomitantemente para os planos (PS).

Os participantes que optaram pela migração para os planos (PS) fazem jus, quando de sua aposentadoria, de um benefício proporcional que foi calculado com base nas reservas matemáticas apuradas na data de migração e serão reajustadas até a data da concessão dos benefícios. O total dos benefícios proporcionais apurados no momento da implantação dos planos foi objeto de contrato de assunção de dívida pela patrocinadora Energisa Sergipe com o respectivo fundo patrocinado - Inergus. Em função de suas características, o plano (PS) não será objeto de contribuições mensais dos participantes ou patrocinadora, sendo que qualquer eventual desequilíbrio atuarial deverá ser suportado pela patrocinadora.

Plano de contribuição definida

O plano (CD) se caracteriza por ser conhecido o valor das contribuições, sendo que o valor dos benefícios dependerá do acúmulo da poupança realizada pelos participantes e pela patrocinadora e

dos resultados financeiros obtidos do investimento realizado pelos administradores do plano. Dessa forma, o plano nessa modalidade não gera para a patrocinadora passivo em razão de desequilíbrio atuarial.

No período findo em 30 de junho de 2014, a despesa de patrocínio a esses planos foi de R\$3.007 (R\$5.875 em 30 de junho de 2013).

**b) Plano de saúde**

A Companhia participa do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadora regulada pela ANS. No caso de rescisão e ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano desde que assumam a totalidade do custeio, não cabendo a Companhia, qualquer vínculo e ou obrigação pós-emprego com esses empregados. No período findo em 30 de junho de 2014 as despesas com esse benefício foram de R\$1.940 (R\$1.891 em 30 de junho de 2013).

**28. Compromissos**

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia, como segue:

Contratos de compra de energia:

Contrato de compra de energia - reais mil						
Vigência	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2018	Após 31/12/2018
2014 a 2046	196.832	405.654	407.074	384.494	391.946	5.841.877

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço corrente no final de junho de 2014 e foram homologados pela ANEEL.

- Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfa e de Itaipu.

**29. Contrato de concessão de distribuição**

A Energisa SE assinou em 23 de dezembro de 1997, com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica, com o prazo de concessão até 23 de dezembro de 2027.

**30. Informações adicionais aos fluxos de caixa**

No período findo em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são como seguem:

	30/06/2014	31/12/2013
<b>Atividades operacionais</b>		
Contas a receber da concessão	9.504	44.575
Atualização contas a receber da concessão - VNR	3.647	8.609
Fornecedores	5.604	7.106
<b>Atividades de investimentos</b>		
Imobilizado e intangível	1.499	8.752
<b>Atividades de financiamento</b>		
Empréstimos e financiamentos	1.805	5.853
Capitalização de reservas	11.373	10.131



## RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

---

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A  
Aracajú - SE

### Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional *IAS 34 - "Interim Financial Reporting"*, emitida pelo "*International Accounting Standards Board - IASB*", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBCTR2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e *ISRE2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity"*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o *IAS 34*, aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

### Ênfase

*Lei 12.783/13, Decretos 7.945/13, 8.203/14 e 8.221/14*

Conforme mencionado na nota 24, a Companhia contabilizou, como redução do custo com energia elétrica, repasses de recursos diretos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE referentes aos meses de janeiro a junho de 2014. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

## Outros assuntos

### *Demonstração do valor adicionado*

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2014, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações financeiras intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas *IFRS*, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 12 de agosto de 2014

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ

Antonio Carlos Brandão de Sousa  
Contador  
CRC 1RJ 065.976/O-4

*Para esclarecimentos e informações adicionais, não hesite em nos contatar:*

- ✓ **Maurício Perez Botelho**  
Diretor de Relações com Investidores  
E-mail: [mbotelho@energisa.com.br](mailto:mbotelho@energisa.com.br)
- ✓ **Cláudio Brandão Silveira**  
Diretor de Finanças Corporativas  
E-mail: [claudiobrandao@energisa.com.br](mailto:claudiobrandao@energisa.com.br)
- ✓ **Carlos Aurélio Martins Pimentel**  
Gerente de Relações com Investidores  
E-mail: [caurelio@energisa.com.br](mailto:caurelio@energisa.com.br)
- ✓ **No Rio de Janeiro (RJ): Av. Pasteur, 110 / 5º e 6º andares**  
Tel.: (21) 2122-6900 / 6902  
Fax: (21) 2122-6980 / 6931
- ✓ **Em Cataguases (MG): Praça Rui Barbosa, 80**  
Tel.: (32) 3429-6226 / 6000  
Fax: (32) 3429-6317 / 6480
- ✓ **Internet: [www.energisa.com.br](http://www.energisa.com.br)**  
E-mail: [stockinfo@energisa.com.br](mailto:stockinfo@energisa.com.br)